

Avaliação da Gestão

26% ACHAM LUCIANO REZENDE BOM OU ÓTIMO; E 35%, RUIM OU PÉSSIMO *Págs. 18 e 19*

AGAZETA

www.gazetaonline.com.br

VITÓRIA, SÁBADO, 5 DE MARÇO DE 2016 - EDIÇÃO ENCERRADA: 23H45 **R\$ 2,00**

A HORA DA VERDADE

Lava Jato fecha o cerco ao ex-presidente Lula, com operação batizada de Aletheia, que significa “em busca da verdade”. Alvo de um mandado de condução coercitiva, ele foi levado a depor na Polícia Federal. Inquérito apura repasses de empreiteiras do petrolão ao petista, além de reformas em triplex e no sítio de Atibaia

Págs. 3 a 15

DO CHORO À FÚRIA

Lula se diz indignado e avisa que vai percorrer o país *Pág. 6*

“FOI DESNECESSÁRIO”

Dilma manifesta “inconformismo” com condução de Lula *Pág. 11*

30

MILHÕES DE REAIS

É o total transferido pelas cinco maiores empreiteiras investigadas pela Lava Jato ao Instituto Lula e a empresa de palestras do ex-presidente. *Pág. 5*



DOUGLAS PINGITURO/AGÊNCIA O DIA

MÍRIAM LEITÃO

‖ Lei para todos *Pág. 15*



MERVAL PEREIRA

‖ Surge o chefe *Pág. 10*



PRAÇA OITO

‖ Lula está nas cordas *Pág. 7*



GABRIEL TEBALDI

‖ Tragédia anunciada *Pág. 27*



VICTOR HUGO

‖ Policiais são absolvidos *Pág. 32*



OPERAÇÃO LAVA JATO



FOTOS: MARCOS BIZZOTTO/AE E REPRODUÇÃO/G1



Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, pouco antes do depoimento que prestou; ele ainda conseguiu falar ao telefone

EM BUSCA DA VERDADE

Ex-presidente Lula é levado à força para depor na Lava Jato

SÃO PAULO

Um dia depois de a delação do senador petista Delcídio do Amaral ter abalado as estruturas do Planalto e colocado o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na berlinda, o dia de ontem começou com outra bomba.

Na 24ª fase da Operação Lava Jato, batizada de Aletheia (busca da verdade, em grego), a Polícia Federal cumpriu um mandado de condução coercitiva – quando a pessoa é forçada a prestar depoimento – contra o ex-presidente. A ação, no entanto, não tem ligação com o que Delcídio revelou.

A força-tarefa apontou que Lula, por meio de empreiteiras como a Odebrecht e a OAS, recebeu vanta-

REPASSES

R\$ 30
milhões

Valor que instituto e empresa de Lula teriam recebido de empreiteiras.

gens indevidas. O dinheiro teria saído dos desvios na Petrobras, estatal com quem as empresas citadas mantinham contratos.

Ao todo, R\$ 30 milhões foram repassados, segundo o Ministério Público Federal, para o Instituto Lula e para a LILS, empresa de palestras do ex-presidente. Suspeitas também recaíram sobre os já polêmicos triplex

em Guarujá e sítio em Atibaia, ligados a Lula e reformados pelas empreiteiras. Mas se antes a sombra que rondava Lula tinha a forma de ocultação de patrimônio, agora os crimes apontados são os de lavagem de dinheiro e corrupção.

Além do ex-presidente, 11 pessoas ligadas à investigação contra o petista foram obrigadas a prestar depoimento. Duzentos agentes participaram da ação, que realizou busca e apreensão em 33 endereços de São Paulo, Rio e Bahia.

Embora não tenham sido conduzidos, Moro autorizou buscas nas residências de filhos de Lula: Fábio Luiz e Luís Cláudio também receberam a visita da PF logo cedo.

ANÁLISE

Na República, todos são iguais

Quando Lula se torna alvo da Lava Jato, forma-se uma encruzilhada na operação. Caso ela consiga efetivamente juntar provas substanciais de que Lula recebeu vantagens indevidas e deve ser condenado, mostra que todos são iguais perante a lei. Caso contrário, se as investigações não gerarem novos elementos e provas, a condução se mostra uma ação política, o que fragiliza todos os avanços que a

operação conseguiu até o momento. A suposta delação do senador Delcídio do Amaral tem maior impacto para o governo e o processo de impeachment, que está enfraquecido, do que a ação da Polícia Federal com Lula. A condução do ex-presidente tirou os holofotes disso e deu um prazo para o governo decidir como lidar.

MALCO BRAGA CAMARGO
DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA
E PROFESSOR DA PUC-MINAS

A ex-primeira-dama Marisa Letícia também é investigada, mas não foi levada junto com o petista. Já o presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, teve que falar com a força-tarefa.

Lula depôs por três horas e meia aos agentes da PF e procuradores federais no Aeroporto de Congonhas. O local foi escolhido, segundo os investigadores, para garantir a segurança, uma vez que a sede da PF seria mais vulnerável a protestos.

O ex-presidente reagiu com um pronunciamento duro e, na noite de ontem repetiu que pode ser candidato à Presidência em 2018. A presidente Dilma Rousseff também saiu em defesa do antecessor. (AG)

OAS pagou para armazenar itens de petista

A força-tarefa da Lava Jato investiga a retirada de bens do Palácio do Planalto ao fim do mandato do ex-presidente Lula que teriam sido armazenados em um depósito em São Bernardo do Campo (SP).

Segundo as investiga-

ções, o material foi armazenado em uma empresa especializada de São Paulo, que recebeu R\$ 1,3 milhão da construtora OAS entre janeiro de 2011 e de 2016 para guardar os itens.

Há suspeita, ainda, de que itens que pertencem à

União tenham sido levados para o depósito. A Polícia Federal expediu ontem um mandado de busca extra para apreender todo o material que estava encaixotado e embalado no depósito.

No entanto, o juiz Sérgio Moro determinou que os

itens não fossem apreendidos, mas catalogados e fotografados para posterior verificação de dano à União.

De acordo com agentes que estiveram no local, há caixas com quadros, objetos de arte, móveis e possíveis presentes que Lula recebeu

enquanto presidente.

NEGOCIAÇÃO

O Ministério Público Federal descobriu que o presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, teria sido o responsável pela negociação do armazenamento com uma empresa de contêineres. No entanto, no papel, quem formalizou o contrato

foram representantes da OAS, que registraram a “armazenagem de materiais de escritório e mobiliário corporativo de propriedade da construtora OAS Ltda”.

Apenas em 16 de janeiro de 2016, Okamoto assinou procuração autorizando a retirada dos bens para outro depósito, localizado em São Bernardo, segundo a PF.

OPERAÇÃO LAVA JATO



HEULER ANDREY/AE

PROCURADOR NEGA USO POLÍTICO DA OPERAÇÃO

Carlos Fernando Lima disse, no entanto, que país está dividido

CURITIBA E SÃO PAULO

Enquanto manifestantes pró e contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se enfrentavam nas ruas e a população ainda absorvia a notícia da condução coercitiva do petista, integrantes da força-tarefa da Lava Jato detalhavam a investigação em coletiva de imprensa em Curitiba.

O procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima tratou de rechaçar qualquer ataque sobre um possível viés político da operação.

“O Brasil está dividido. Mas não há nenhum maniqueísmo na atuação do Ministério Público Federal, da Receita Federal e da Polícia Federal. A polarização é sobre legal e ilegal”, afirmou.

“Esse é um momento de sermos republicanos. Não há ninguém isento de investigação nesse país”, complementou.

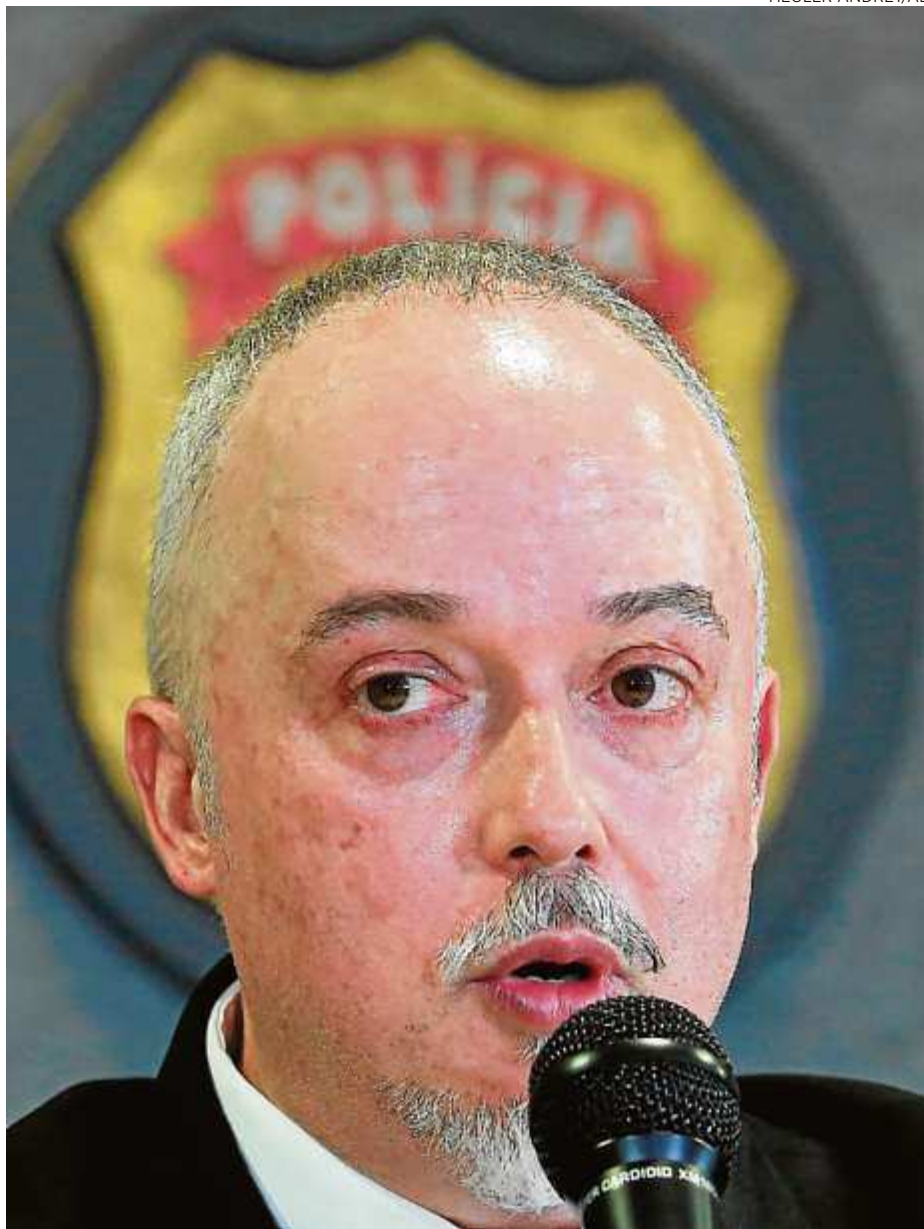
Lima disse que a 24ª fase da operação é apenas “mais uma” da investigação que mira “uma organização criminosa infiltrada no governo federal que se utilizava da Petrobras e de outras empresas para o financiamento político e também para apropriação pessoal”.

REFORMAS

Entre movimentações financeiras suspeitas, apontadas como indícios de que Lula recebeu vantagens indevidas, as reformas de um triplex em Guarujá e de um sítio em Atibaia, São Paulo, voltaram aos holofotes.

De acordo com a força-tarefa, a empreiteira OAS desembolsou ao menos R\$ 1 milhão “sem aparente justificativa econômica lícita” para reformar e comprar móveis de luxo para o apartamento, que ficaria com o ex-presidente. O imóvel, que permanece em nome da empresa, foi visitado por Lula no dia da entrega das chaves. A ex-primeira-dama Marisa Letícia também já esteve no local.

Já o sítio, registrado em nome de amigos do petista e frequentado por ele, passou por uma reforma de R\$ 747 mil e ganhou móveis no valor de R\$ 170 mil. Tudo bancado por OAS, Odebrecht e o pecuarista José Carlos Bumalai. (Com agências)



Procurador Carlos Fernando Lima compõe a força-tarefa da Operação Lava Jato

COM A PALAVRA, A ACUSAÇÃO

“O conjunto de indícios é bastante significativo, mas muitos deles apareceram na imprensa antes que fizéssemos uma investigação profunda”

“As investigações já vêm acumulando evidências que o principal beneficiário era o governo do PT. Fica claro que os benefícios políticos colhidos foram de Lula e da presidente”

“Mesmo após o exercício da presidência, ainda podem estar sendo pagas vantagens ao ex-presidente Lula”

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA
PROCURADOR

STF nega pedido para anular investigações

CARLOS HUMBERTO/STF

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido feito pelo ex-presidente Lula (PT) para interromper as investigações contra ele e também as ações deflagradas pela manhã de ontem. Segundo a ministra, não houve “ilegalidade irrefutável” na condução das apurações.

“A imposição de óbice à atividade persecutória, mormente dentro dos limites estreitos de cognição relacionados ao exame de provimentos liminares, demanda o reconhecimento de ilegalidade irrefutável, patente e



Ministra não viu motivos para impedir ações da PF

de imediata compreensão, sob pena de indevida ingerência em prerrogativa constitucional titularizada pelo Ministério Pú-

blico em nome da sociedade. Não é o que se verifica”, ponderou Rosa.

Na semana passada, Lula entrou com ação no STF pe-

dindo que as investigações contra ele sejam suspensas até a definição sobre qual o órgão indicado para conduzir os casos: se o Ministério Público de São Paulo, ou o Ministério Público Federal. A defesa dele também pede que as apurações saiam do âmbito da Lava Jato.

Ontem de manhã, a defesa do ex-presidente aneou na mesma ação pedido para que fossem suspensos os procedimentos e diligências da Operação Aletheia. Segundo a defesa, as medidas foram o “último movimento do concerto executado por uma orquestra bem afinada”. (AG)

Filhos de Lula receberam mais de R\$ 1,7 milhão

O Ministério Público Federal rastreou a entrada e a saída dos recursos do Instituto Lula e da LILS Palestras, ligadas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e revelou que a entidade e a empresa pagaram, entre 2011 e 2014, R\$ 1.763.206,59 a empresas dos filhos do petista.

Em documento de 89 páginas, a investigação da força-tarefa da Lava Jato colocou uma lupa sobre as cifras.

“Destaque-se que a entidade que mais recebeu recursos foi a G4 Entrete-

nimento e Tecnologia Digital LTDA. (R\$ 1.349.446,54 entre 2012 e 2014), empresa de que são sócios Fabio Luís Lula da Silva, filho de Lula, Fernando Bittar e Kalil Bittar. Outra empresa que recebeu recursos foi a FlexBR Tecnologia LTDA., cujos sócios são Marcos Claudio Lula da Silva, filho de Lula, Sandro Luís Lula da Silva, filho de Lula, e Marlene Araujo Lula da Silva, nora de Lula. A FlexBR também recebeu R\$ 72.621,20 da LILS entre 2013 e 2014”, relata a força-tarefa. (AE)

OPERAÇÃO LAVA JATO



POR DENTRO DA OPERAÇÃO ALETHEIA

AS ACUSACÕES CONTRA LULA

Investigação aponta para recebimento de vantagens indevidas



Reformas

Outras suspeitas recaem sobre obras em propriedades frequentadas ou de alguma forma ligadas a Lula. A OAS e a Odebrecht são suspeitas de pagar pela reforma de um apartamento triplex em Guarujá e de um sítio em Atibaia, São Paulo.



Triplex

Em 2014, a OAS empregou ao menos **R\$ 1 milhão** na reforma e na compra móveis implantados no apartamento tipo triplex, número 164-A, do Condomínio Solaris, em Guarujá (**R\$ 777.189,13** em reformas e **R\$ 287 mil** em móveis de luxo para a cozinha e dormitórios).



Sítio

Em 2010, o sítio foi comprado por terceiros. As reformas foram bancadas pelo pecuarista José Carlos Bumlai, pela OAS e pela Odebrecht no valor de **R\$ 747.378,13**. Os móveis custaram **R\$ 170 mil**.



Mudança

Segundo o Ministério Público, a OAS pagou a mudança e o armazenamento de bens de Lula em 2011. Isso custou **R\$ 1,3 milhão**. O contrato foi dissimulado para esconder seu real objetivo e assinado pelo presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto. Os bens, objetos de arte e móveis, por exemplo, estão em um depósito em São Bernardo do Campo.

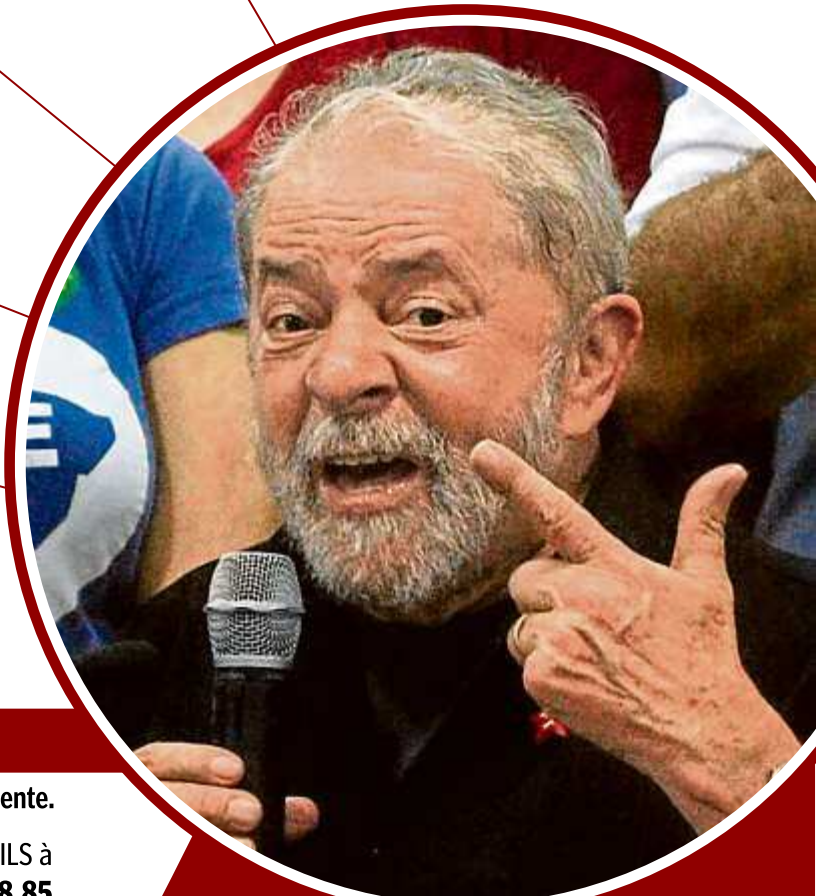
Filhos de Lula

De 2011 a 2014, o Instituto Lula e a LILS teriam feito repasses para empresas de filhos do ex-presidente.

Foram **R\$ 1.349.446,54** do instituto para a G4, cujo sócio administrador é Fábio Luis Lula da Silva;

R\$ 114.000 também da entidade para a empresa Flexbr, de Marcos Claudio Lula da Silva, Sandro Luis Lula da Silva e a nora de Lula Marlene Araújo Lula da Silva;

R\$ 72.621,20 da LILS à Flexbr e **R\$ 227.138,85** da LILS ao filho de Lula Luis Claudio Lula da Silva



Lula

Entre os principais alvos da 24ª fase da Operação Lava Jato está o ex-presidente Lula, que governou o país entre 2003 e 2010 e foi conduzido coercitivamente, ou seja, obrigatoriamente, para depor sobre as suspeitas.

OS PRINCIPAIS ALVOS DA 24ª FASE



Marisa Letícia

A ex-primeira-dama Marisa Letícia Lula da Silva também é investigada. O Ministério Público chegou a pedir a condução dela, o que foi negado pelo juiz Sérgio Moro. Para os procuradores, Marisa está diretamente ligada aos fatos sob apuração, sobretudo ao apartamento em Guarujá. Moro informou, no despacho, que um depoimento dela pode ser marcado posteriormente.



Paulo Okamoto

Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula, foi levado pela PF para prestar depoimento. Ele é o braço direito do ex-presidente. Ajudou a coordenar a campanha de Lula à Presidência em 1989 e é fundador do instituto. A força-tarefa da Lava Jato pediu a prisão dele, mas Moro rejeitou e concedeu apenas mandado de condução coercitiva.



José de Filippi Júnior

Foi tesoureiro da campanha da presidente Dilma Rousseff em 2010, e da do ex-presidente Lula, em 2006. "(Filippi) recebeu vantagens ilícitas desviadas da Petrobras pela Quip S.A. e UTC. Recebeu, entre 2010 e 2014, inclusive enquanto presidente do Instituto Lula, cerca de R\$ 750 mil em espécie dessa última empresa", sustentam os procuradores. Eles chegaram a pedir a prisão do ex-tesoureiro, mas Moro também negou, concedendo a condução coercitiva.